



Diário Oficial

Leis declaram obras e trabalhos artísticos como Patrimônio Cultural do Estado

A governadora do Estado sanciona a Lei Nº 7.312/2009, que denomina de Magno da Silva Bahia a Escola de Ensino Fundamental, localizada no município de Cachoeira do Arari. A governadora também sanciona as Leis Nºs 7.313 e 7.314/2009, que declaram como

Patrimônio Cultural e Artístico do Estado a Cerâmica Tapajônica de Santarém e reconhece como de utilidade pública para o Estado, a Associação Carajás de Portadores de Deficiência do município de Tucuruí, respectivamente. A governadora ainda sanciona a

Lei Nº 7.315/2009, que declara como integrante do Patrimônio Cultural do Estado a Obra do Maestro Waldemar Henrique e a Lei Nº 7.316/2009, que declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial as Cuias Pintadas de Santarém. **(Cad. 1 - Pág. 5)**

Estágio curricular

O Governo do Estado, através da Secretaria de Administração, assina convênios com a Faculdade Metropolitana da Amazônia e com a Universidade Federal do Pará. O objetivo é proporcionar aos estudantes regularmente matriculados nos cursos daquelas instituições de ensino, estágio curricular remunerado nos órgãos da administração direta, das entidades autárquicas e fundacionais do Governo do Estado do Pará. **(Cad. 1 - Pág. 11)**

Concurso público

A Prefeitura Municipal de Almeirim abre inscrições, no período de 03 a 11 de novembro de 2009, para o concurso público destinado ao preenchimento de vagas em cargos de níveis superior, médio, fundamental completo e fundamental (1ª a 4ª série), para atuação na área rural e urbana do município. **(Cad. 4 - Pág. 5)**

SEFA institui grupo de trabalho para elaborar nota fiscal eletrônica

Portaria Nº 0153/2009, editada pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) institui grupo de trabalho responsável pela elaboração do Projeto da Nota Fiscal Eletrônica Paraense, relativa ao ICMS. A portaria visa a implantação do Programa Popular de Educação Fiscal para a Cidadania e que tem como objetivos:

estimular os consumidores cidadãos a exigirem a entrega do documento fiscal hábil na aquisição de mercadorias, bens e serviços do transporte interestadual e intermunicipal dos fornecedores; combater a sonegação fiscal, a concorrência desleal e o fortalecimento do exercício da cidadania. **(Cad. 2 - Pág. 12)**

Resolução estabelece normas para realização da 4ª Conferência

Resolução Nº 04/2009, emitida pelo Conselho Estadual das Cidades, aprova os termos do Regimento da 4ª Conferência Estadual das Cidades. O regimento destina-se disciplinar e estabelecer normas para a realização da referida Con-

ferência, que terá como Lema: "Cidades para Todos e Todas com Gestão Democrática, Participativa e Controle Social" e como Tema: "Avanços, Dificuldades e Desafios na Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano". **(Cad. 2 - Pág. 1)**

A História no Diário Oficial

MAGALHÃES BARATA (XXXVI)

Por meio do Decreto datado do dia 18 de julho de 1956, o governador Joaquim de Magalhães Cardoso Barata nomeou, por merecimento, o Bacharel Aluisio da Silva Leal, então Juiz de Direito da Comarca de Nova Timboteua, para Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, vago com o falecimento do Bacharel Sadi Montenegro Duarte.

Também no dia 18 de julho o governador nomeava o Senhor Gregório José Fonseca da Costa para exercer o cargo, em comissão, de Diretor do Departamento de Cooperativismo e de Assistência Sócio-Rural da Secretaria de Estado de Produção, vago com a exoneração de Iracelyr Edmar Moraes da Rocha.

E pelo decreto de 19 de julho, o governador nomeou Eunice dos Santos Guimarães, ocupante do cargo de Escrivário, lotado no Departamento da Receita da Secretaria de Finanças, para exercer em substituição, o cargo de Chefe de Expediente, lotado na Secretaria de Saúde pública, durante o impedimento do titular José de Miranda Castelo Branco.